



Interino devido a viagens de Dilma, de Temer e de Marco Maia, Sarney (3º à dir.) encontra senadores Eunício, Pinheiro, Jucá, Renan e Braga, além da ministra Marta Suplicy

Como presidente da República, Sarney recebe ministros no Palácio do Planalto

Presidente do Senado, que ocupa o cargo máximo do Executivo até amanhã, reuniu-se com senadores e conversou com Dilma por telefone. **2**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.797 — Brasília, sexta-feira, 14 de dezembro de 2012



Lindbergh (E) e Picciani dizem estar confiantes na obtenção de uma liminar

Parlamentares do Rio acionam STF para tentar impedir análise de veto

O senador Lindbergh Farias e o deputado Leonardo Picciani pediram uma liminar para impedir que o veto presidencial à

Lei dos Royalties seja votado esta semana e para que a sessão do Congresso que aprovou a análise com urgência seja anulada. **3**

Aprovadas regras para intervenção no setor elétrico

Depois do aval dos senadores, segue à sanção presidencial projeto que prevê controle mais rigoroso sobre empresas que tenham problemas para manter fornecimento de energia

O Senado aprovou ontem projeto que regulamenta a intervenção da Aneel sobre empresas do setor elétrico. O relator da matéria, Romero Jucá, disse que o texto protege a sociedade ao

evitar interrupções no fornecimento de energia. A proposta fixa prazo de intervenção de até um ano, prorrogável, uma única vez, por mais dois. Empresa com problema terá de apresentar plano de recuperação. **5**

Projeto da Lei Geral de Antenas passa em quatro comissões 4

Senado receberá sugestão de norma para cruzeiros marítimos 7

Em discursos, senadores defendem Lula de acusações 8

Governo admite flexibilizar restrição a uso de agrotóxico 7



O senador Fernando Collor entre os diplomatas Santiago Irazabal Mourão, Marcela Nicodemos e Antonio Luis Salgado

Nomes de 3 embaixadores vão a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores aprovou a indicação de Santiago Irazabal Mourão para embaixador no Irã, de

Antonio Luis Espinola Salgado para embaixador na Turquia e de Marcela Nicodemos para embaixadora no Quênia. **6**

Onde encontro o texto da Constituição federal?

Fique sabendo

- 1 Acesse o QR Code acima ou www.senado.leg.br
- 2 Clique em **Publicações** no menu superior
- 3 Clique em **Constituição Federal**



Portal Publicações é Senado Transparente

O Portal Publicações também disponibiliza para consulta os Diários do Senado e do Congresso, entre outras publicações. No caso da Constituição, além da opção em PDF, o site permite a visualização e a impressão, artigo por artigo, do texto constitucional atualizado.



Relatórios setoriais da proposta orçamentária já foram aprovados; de acordo com o relator, governo começará 2013 “livre para investir no crescimento do PIB”

Jucá: Orçamento será votado na próxima semana

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) comemorou em Plenário, ontem, a votação de todos os relatórios setoriais do Orçamento de 2013, ocorrida na noite de anteontem — a Comissão Mista de Orçamento (CMO) esteve reunida até por volta das 23h. Jucá é o relator da proposta orçamentária de 2013.

Votados os relatórios setoriais, será preciso, agora, votar o relatório-geral na CMO e no Plenário do Congresso Nacional. O senador acredita que isso acontecerá entre a terça e a quarta-feira da próxima semana.

— É importante que o



Wellington Dias (2º à esq.) lê seu parecer referente à área de Integração Nacional e Meio Ambiente, na CMO: votação dos relatórios setoriais foi concluída anteontem

governo comece o ano livre para investir no crescimento do PIB [produto interno bruto] — disse.

No mesmo pronunciamento, Jucá também celebrou a assinatura de um acordo entre o governo do Brasil e o

da Guiana para a construção de uma estrada que vai ligar Boa Vista, a capital de Roraima, a Georgetown, capital

guianense. A nova via, segundo o senador, será fundamental para escoar a produção da Amazônia Ocidental.

Sarney recebe senadores como presidente

O presidente do Senado, José Sarney, que exerce até amanhã a função de presidente da República, recebeu ontem os ministros Helena Chagas (Comunicação), José Eduardo Cardozo (Justiça), Marta Suplicy (Cultura) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais).

Por telefone, Sarney conversou com a presidente Dilma Rousseff, que está na Rússia

em missão oficial. O vice-presidente, Michel Temer, e o presidente da Câmara, Marco Maia, também viajaram ao exterior. Temer está em Portugal, e Maia, no Panamá.

Sarney foi visitado também pelos senadores Walter Pinheiro (PT-BA), Eduardo Braga (PMDB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR), Renan Calheiros (PMDB-AL), Eunício Oliveira (PMDB-CE),

Francisco Dornelles (PP-RJ) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

No final da tarde, Sarney recebeu a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), presidente em exercício do Congresso, com quem conversou a respeito da convocação da sessão conjunta que vai deliberar sobre o veto à lei que trata da divisão dos recursos dos royalties do petróleo.

Dornelles elogia Augusto Nardes, o novo presidente do Tribunal de Contas da União

Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou o novo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes. O senador sublinhou a “alta competência” de Nardes, que já foi vereador, deputado estadual e federal e assumiu o comando do TCU, na quarta-feira.

— Sou testemunha do seu enorme espírito público, sua inteligência privilegiada e sua capacidade de trabalho e de liderança.

Dornelles destacou que

Nardes, natural de Santo Ângelo (RS), é formado em Administração de Empresas, pós-graduado em Política

e fez mestrado na Suíça em Estudo do Desenvolvimento.

O senador lembrou ainda que Nardes foi secretário-executivo da Organização de Entidades Fisca-

lizadoras Superiores do Mercosul e presidente da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Romero Jucá, Marta Suplicy, José Sarney, Renan Calheiros e Eunício Oliveira no Planalto

Sodré Santoro assume a vaga de Mozarildo Cavalcanti no Senado



Ao assumir o mandato ontem, o senador Sodré Santoro (PTB-RR) disse que vai atuar para melhorar as condições de vida da população e lutar pelo desenvolvimento regional e nacional. Ele registrou que vai integrar a bancada de apoio ao governo.

Santoro nasceu em São Paulo há 63 anos. Empresário do ramo de leilões, ele contou que foi levado para Roraima pelo ex-governador Ottomar Pinto (1931—2007). O senador ressaltou que é uma honra assumir o mandato.

— Representar o estado de Roraima é para mim motivo de muito orgulho — disse.

Santoro é suplente de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que pediu licença do cargo de senador por quatro meses para cuidar de sua campanha para o posto de grão-mestre da Maçonaria. A eleição ocorre em março de 2013.

Rodrigues faz balanço dos primeiros meses de mandato



Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), que há dois meses assumiu a vaga de Marta Suplicy (PT-SP), licenciada para tomar posse como ministra da Cultura, fez ontem um balanço das votações de que participou.

Ele destacou os substitutivos ao PLS 32/97, que estabelece prazo máximo de 60 dias para início de tratamento de câncer pelo SUS, e ao PLS 253/09, que dá direito de sucessão na exploração do serviço de táxi. Rodrigues também comunicou a apresentação de seus dois primeiros projetos: o PLS 401/12 e o PLS 420/12. O primeiro reduz de R\$ 20 milhões para R\$ 15 milhões o valor mínimo dos contratos de parceria público-privada. O segundo propõe que bulas de remédio facilitem informações para pessoas com deficiência visual. Aloysio Nunes (PSDB-SP) elogiou a atuação de Rodrigues.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

AVIAÇÃO CIVIL Aperfeiçoamento da legislação

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil faz audiência pública para colher subsídios para a elaboração do relatório final sobre o aperfeiçoamento da legislação e as políticas públicas para o setor. Entre outros, foi convidado o presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, George William Cesar de Ararape Supupira.

CRA Balanço 2011—2012

11h Apresentação do balanço das atividades do biênio 2011—2012 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CONGRESSO Homenagem a ex-reitor da UFRJ

14h Sessão solene, no Plenário do Senado, destinada a homenagear o ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Aloísio Teixeira, por sua trajetória de vida e pela luta para o aperfeiçoamento da educação superior no país.

CPI DA MULHER Secretários de Segurança e Saúde

14h A comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher faz audiência pública em Goiás para ouvir, entre outros, os secretários de Segurança, Joaquim Mesquita, e da Saúde, Antônio Faleiros Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

STF entra no debate sobre royalties do petróleo

Parlamentares do Rio de Janeiro apresentaram ao Supremo mandado de segurança para impedir que o Congresso Nacional analise, em regime de urgência, o veto presidencial ao projeto dos royalties

O SENADOR LINDBERGH Farias (PT-RJ) e o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) disseram ontem estar confiantes na obtenção de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que o veto presidencial à lei que redistribui os royalties do petróleo seja votado na próxima semana.

— Esperamos impedir essa marcha da insensatez que é a derrubada do veto. Vamos ganhar essa liminar e suspender essa votação — afirmou Lindbergh, em entrevista coletiva.

Na noite de quarta-feira, os dois protocolaram no STF mandado de segurança com pedido de liminar para suspender a apreciação do Veto 38/12 pelo Legislativo e para que a sessão do Congresso em que foi aprovada a urgência para a matéria seja anulada.

Lindbergh e Picciani pedem ainda que o veto sobre o projeto dos royalties só seja apreciado depois que todos os outros 3 mil vetos na fila passem por votação.

— Atropelaram os regimentos e rasgaram a Constituição. — afirmou o senador.

O mandado de segurança foi distribuído ao ministro do STF Luiz Fux, que já relata outro, redigido por 50 parlamentares há cerca de um ano, pedindo a suspensão da tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/11.

Essa proposta deu origem à Lei dos Royalties (Lei 12.734/12), que redistribui os recursos devidos pela exploração do petróleo, ampliando a fatia que cabe aos estados e municípios não produtores. A presidente Dilma Rousseff vetou a redistribuição em contratos já licitados e vigentes. Assim, se o veto for mantido pelo Congresso, as novas regras valerão apenas para novos contratos.

De acordo com Lindbergh, a votação da urgência para a apreciação do veto teve erros legais. Na avaliação dele, o requerimento deveria ter sido apreciado conforme o Regimento Interno do Senado,



Deputados Picciani e Molon com o senador Lindbergh: bancada do Rio de Janeiro é contra mudança na distribuição dos recursos para contratos em vigor

e não de acordo com o da Câmara. O parlamentar explicou que o Regimento Comum (que regula as sessões do Congresso) prevê que possíveis lacunas serão solucionadas consultando-se em primeiro lugar as regras do Senado.

O senador disse ainda que a Constituição não prevê a possibilidade de urgência para apreciação de vetos presidenciais.

— Foi uma sessão absurda. O que houve ontem [quarta-

feira] foi um atropelo. A presidente Rose de Freitas [primeira-vice-presidente da Câmara, que presidiu a sessão] sequer respondeu nossas questões de ordem.

Placar

Autor do PLS 448/11, Wellington Dias (PT-PI) disse estar convencido de que a reunião foi legal e seguiu os procedimentos corretos.

— Não houve vício ou inconstitucionalidade.

Wellington voltou a argumentar que o petróleo extraído em mar pertence à União e, por isso, a distribuição deve ser justa, entre todos os estados e municípios do país.

Na votação da urgência para o veto, na quarta-feira, a maioria dos parlamentares concordou com a visão de Wellington. Dos senadores, 61 votaram a favor da urgência e 7 contra. Dos deputados, 348 votaram a favor e 84 contra, com 1 abstenção.

Segundo Inácio, novo modelo de partilha não vai causar prejuízo a nenhum estado ou município



A aprovação da urgência para apreciação do veto ao projeto de nova divisão dos royalties do petróleo foi comemorada por Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O senador saiu em defesa de um novo critério de distribuição dos recursos, hoje concentrados no Rio e no Espírito Santo. Otimista, ele disse que o Brasil tem um potencial enorme, com novas áreas a serem exploradas, e por isso entende que ninguém vai ficar no prejuízo.

— O que fizemos, aprovando a urgência, foi justiça com uma riqueza finita e especialíssima, que é o petróleo. Esse novo modelo não vai causar prejuízo a ninguém. À medida que avançamos na exploração, vamos ampliar a produção e ampliar os ganhos.

Para Ana Amélia, governo e oposição se uniram para defender interesses de estados e municípios



Ana Amélia (PP-RS) classificou de histórica a decisão do Congresso de aprovar requerimento de urgência para exame do veto parcial à Lei dos

Royalties. Para a senadora, redistribuir os royalties é preservar a Federação num momento em que estados e municípios vivem “situação de miséria”.

— Não havia oposição nem governo. Havia simplesmente uma luta legítima e democrática dos estados não produtores com os estados produtores. Cumprimos nossa parte na defesa dos interesses dos estados e municípios.

O número de votos a favor da urgência (348 deputados e 61 senadores), segundo ela, é revelador da unidade da defesa dos interesses federativos.

Municípios que mais arrecadam não são os que têm o IDH mais alto, afirma Vanessa



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu em Plenário a derrubada do veto parcial da presidente da República ao projeto que redistribui os royalties do

petróleo. Para ela, é preciso haver uma distribuição mais justa dos recursos. A senadora apoiou a decisão do Congresso, que aprovou requerimento de urgência para a análise do veto parcial de Dilma Rousseff.

— Contraditoriamente, os municípios que são os mais ricos do Brasil em termos de arrecadação não são os mais desenvolvidos do ponto de vista do IDH. São municípios que apresentam muitos problemas e que se envolvem, com certa constância, em escândalos de corrupção — afirmou.

Votação de requerimento de urgência desrespeitou regimentos e Constituição, diz Lopes



Eduardo Lopes (PRB-RJ) afirmou que a sessão do Congresso em que foi aprovado o requerimento de urgência para a apreciação dos vetos da presi-

dente à Lei dos Royalties vai entrar para a história por ter desrespeitado os regimentos do Parlamento e a Constituição.

Segundo Lopes, o requerimento de urgência deveria ser apreciado conforme o Regimento Interno do Senado, e não de acordo com o da Câmara. Ele explicou que o Regimento Comum (que regula as sessões do Congresso) prevê que possíveis lacunas serão solucionadas consultando-se em primeiro lugar o Regimento do Senado.

— Vamos ao STF para anular essa votação — disse.

Anibal sugere reunião para entendimento sobre o FPE

Anibal Diniz (PT-AC), presidente do Senado em exercício, sugeriu uma reunião de líderes na segunda-feira para entendimento sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE). O Supremo deu prazo até o fim do ano para o Congresso decidir um novo modelo.

— Caso isso não aconteça, estaremos nós, de novo, entregando ao STF uma atribuição que é nossa — disse.

João Capiberibe (PSB-AP) elogiou o pronunciamento e Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da CCJ, prometeu colaborar em um possível acordo.



Lídice: audiência sobre atraso em transposição foi satisfatória

Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou o desempenho do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, na audiência pública do Senado sobre o atraso nas obras de transposição do Rio São Francisco.

— Essa obra vai transformar radicalmente o semiárido e a vida de milhões de brasileiros — afirmou.

Segundo ela, o ministro deu informações fundamentais para que os senadores entendam o atraso. Bezerra explicou que o empreendimento é complexo e salientou que 43% dos serviços já foram executados.



Novo empréstimo a Sergipe preocupa Eduardo Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) se manifestou contrário ao empréstimo de R\$ 727 milhões do BNDES a Sergipe. Para o senador, um novo empréstimo trará prejuízos, pois o estado já está muito endividado.

— Para quem está endividado, um novo empréstimo não é a solução. Solução é fazer as economias necessárias, colocar a máquina para funcionar devidamente. Em 1998, a dívida pública do Sergipe era de R\$ 829 milhões. Hoje passa de R\$ 2,4 bilhões. É preocupante — declarou o senador.



Suplicy alerta para possibilidade de fim de assentamento rural



Voladimir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou ontem para o possível encerramento do assentamento rural Milton Santos, em Americana

(SP). O assentamento, que existe há sete anos, tem 100 hectares e abriga 68 famílias, que produzem hortifrutigranjeiros. Segundo Suplicy, apesar de fornecer produtos rurais à região, o projeto pode acabar devido a decisão judicial de reintegração de posse.

O senador explicou que a área foi confiscada em 1976, por dívidas que a empresa proprietária tinha com a União. Com a quitação por outros bens, a empresa quer a devolução da área. Segundo Suplicy, hoje haverá um ato em defesa do assentamento. Ele pediu a atenção da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

O senador disse que pediu à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) uma audiência pública sobre o novo Código Penal e outra sobre a PEC 33/12, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que permite desconsiderar a inimputabilidade penal de maiores de 16 e menores de 18 anos.

Senador diz que São Paulo precisa avançar no Bolsa Família

Mais de 80% das famílias que se enquadram nos critérios do Programa Bolsa Família (como renda per capita de até R\$ 140) já são beneficiadas, disse Eduardo Suplicy.

O senador observou, no entanto, que, no estado de São Paulo, ainda há muito a avançar na chamada busca ativa, fase em que os governos federal, estadual e municipal, com a colaboração de entidades civis, realizam a identificação, o levantamento e o cadastramento das famílias que podem ser inscritas nos programas de transferência de renda.

Suplicy relatou que em São Paulo, onde em 2010 havia mais de 41,1 milhões de habitantes, em torno de 64,5% das famílias cadastradas recebem o benefício atualmente. Já na capital do estado, com cerca de 11,3 milhões de habitantes, do total de 225,2 mil famílias, apenas 53% são beneficiárias do programa.

O senador reiterou que o prefeito eleito de São Paulo, Fernando Haddad, precisa investir no aumento da cobertura do benefício.



Ao lado de Jayme Campos, Eduardo Braga fala na reunião em que os senadores aprovaram o projeto da Lei das Antenas

Comissões aprovam projeto da Lei das Antenas

Medida é considerada necessária para a melhora da qualidade dos serviços de telefonia celular e internet móvel e para o lançamento da tecnologia 4G; proposta agora vai para a Câmara

O SUBSTITUTIVO DE Eduardo Braga (PMDB-AM) ao projeto da Lei Geral das Antenas foi aprovado por unanimidade nas quatro comissões que se reuniram ontem em sessão conjunta. O substitutivo ao PLS 293/12 ficará aberto a emendas até nova reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), prevista para a próxima semana.

Com a aprovação, o projeto da Lei Geral das Antenas pode ir para a Câmara dos Deputados ainda neste ano. A expectativa dos senadores é que o projeto tramite com igual rapidez na Câmara para que a lei comece a valer no início de 2013.

No Senado, o projeto economizou seis meses de tramitação com o acordo feito para que Braga fosse o relator da matéria nas quatro comissões em que deveria passar — a Comissão

de Assuntos Sociais (CAS), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e a CCT.

O senador agradeceu aos presidentes das três comissões pelo esforço que fizeram para possibilitar a reunião conjunta e acelerar a tramitação da matéria.

— É um passo extremamente importante sobre um tema que atinge milhões de brasileiros e que representa uma fatia importante e significativa do PIB nacional na área de telecomunicações — afirmou.

O relator elogiou o autor da proposta, Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela iniciativa da proposição, mas disse que o projeto precisava ser ampliado, o que justificou a apresentação da emenda substitutiva.

— Entendemos, na

apresentação deste relatório, a necessidade de composição de um substitutivo que pudesse ousar mais, alargar a pretensão do autor da propositura, tendo em vista os enormes desafios que o Brasil enfrenta tanto na infraestrutura de rede quanto na qualidade do serviço em relação a telecomunicações — justificou Braga.

Entre as ampliações propostas no projeto substitutivo, estão o estabelecimento de um indicador para determinar a necessidade de expansão da capacidade das estações transmissoras de radiocomunicação; investimentos na ampliação, modernização e o mapeamento e georreferenciamento das redes mediante o compartilhamento da infraestrutura; e a simplificação no processo de licenciamento para instalar infraestrutura de suporte às redes de telecomunicações.

Operadoras terão de compartilhar infraestrutura

Um dos pontos mais destacados durante a análise do relator do PLS 293/12, Eduardo Braga, foi a questão do compartilhamento das antenas de telecomunicações. O projeto determina a utilização compartilhada da capacidade ociosa pelas operadoras, que deverá ser avaliada, em caso de arbitragem, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Segundo o senador, os casos de quedas nas chamadas dos celulares acontecem muitas vezes pela concentração exagerada de usuários na mesma antena, principalmente nas

regiões metropolitanas.

— Essas antenas saturadas poderiam ser compartilhadas no limite estabelecido pelo órgão regulador, obrigando que essas outras antenas possam ampliar a cobertura no país com qualidade e, ao mesmo tempo, com um custo menor — afirmou.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, elogiou o trabalho do relator e disse que o projeto é um avanço para o país.

— A questão do compartilhamento é muito importante, porque pode-se utilizar a mesma infraestrutura física e isso

acaba, inclusive, reduzindo o impacto até paisagístico nas cidades, porque vai precisar de uma quantidade menor de torres também — disse.

Gim (PTB-DF) também enfatizou as vantagens do compartilhamento de infraestrutura e as normas gerais para os municípios.

— As prefeituras agora têm prazo para determinar onde colocar as antenas e isso é muito bom. O que nós estamos votando aqui é um passo importante para as telecomunicações do nosso país, dando normas para os municípios e esse compartilhamento.

Vanessa: CPI do Tráfico de Pessoas vota relatório na próxima semana

Os trabalhos da CPI do Tráfico de Pessoas serão concluídos na próxima semana, quando será votado o relatório, anunciou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente da comissão. A relatora é Lídice da Mata (PSB-BA).

Vanessa disse que, no mundo, o tráfico de pessoas faz cerca de 2,5 milhões de vítimas e movimenta aproximadamente US\$ 32 bilhões de dólares por ano. O Brasil está entre os cinco países com maior incidência desse tipo de crime.

Ela observou que a prática, “embora abjeta e repulsiva por si só”, ainda alimenta outras atividades criminosas como exploração sexual, trabalho escravo e tráfico de órgãos.

Sobre as visitas da CPI a estados, Vanessa mencionou especialmente o Rio Grande do Norte, onde continua sem solução a investigação policial sobre o sumiço de cinco crianças entre 1998 e 2001. Ela disse que, graças à visita da CPI a Natal, fatos novos vieram à tona e já foram levados ao Ministério da Justiça, com um pedido para que a investigação seja federalizada.

Jayme critica ação de desocupação de terra indígena em MT

Jayme Campos (DEM-MT) protestou contra a forma como estão sendo retirados agricultores e as famílias deles, cerca de 7 mil pessoas, da terra indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso. O senador disse que estão havendo confrontos entre posseiros e policiais na gleba Suiá Missú.

— Dez pessoas saíram feridas. A qualquer agressão por parte das forças legais responderá, inevitavelmente, uma reação violenta da comunidade. Pela manutenção da conquista de uma vida inteira de trabalho, esses produtores rurais estão dispostos a matar e a morrer — alertou.

O desalojamento ocorre por uma decisão da Justiça que visa assegurar as terras, com cerca de 165 mil hectares, aos índios xavantes. Para evitar mortes, Jayme propõe a suspensão temporária da remoção dos agricultores e defende alterar a Constituição que permita ao Senado deliberar sobre demarcação de terras indígenas.

— Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio que respeite as conquistas dos colonos e garanta a integridade cultural da nação xavante — declarou.



José Cruz/Agência Senado

Senado aprova regra para intervenção da Aneel sobre empresas de energia

Projeto que segue para sanção presidencial foi defendido pelo relator, Romero Jucá, por criar mecanismo para evitar interrupções no serviço

PROJETO DE LEI de conversão (PLV) que regulamenta a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em empresas com dificuldades para manter o serviço foi aprovado ontem pelo Senado, em sessão extraordinária.

Para o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria — PLV 29/12, derivado da Medida Provisória (MP) 577/12 —, o texto defende a sociedade por criar mecanismos para evitar a interrupção no fornecimento de energia.

As lideranças partidárias da Casa recomendarão, no entanto, à presidente Dilma Rousseff, que veto o parágrafo 2º do artigo 12 do projeto.

O trecho em questão prevê que quaisquer mudanças no controle acionário das concessionárias sob intervenção deverão ser aprovadas pela Aneel. Pedido do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para a retirada do parágrafo foi rejeitado.



Senadores aprovaram medida sem mudanças para acelerar tramitação, mas recomendam que Dilma veto artigo do texto

Aloysio entende que a norma cerceia a possibilidade de acionistas buscarem a recuperação das empresas por meio de mudança no controle acionário. Ele disse que a negociação de cotas de empresas, entre particulares, já está sujeita aos órgãos de regulação:

— A intervenção não implica

expropriação dos direitos dos acionistas. Eles continuam sendo acionistas e suas obrigações enquanto acionistas continuam regidas pela Lei das S.As. — argumentou.

Jucá reconheceu a necessidade de retirada do parágrafo para “evitar incongruências”. Ressaltou, porém, que o tempo de tramitação é muito limitado

, para modificações no texto.

Se o projeto fosse alterado pelo Senado, teria de ser examinado novamente pela Câmara dos Deputados, o que tornaria difícil a aprovação ainda este ano. Por isso, as lideranças partidárias concordaram que a mudança pretendida pode ser feita por meio de veto da presidente ao parágrafo 2º do artigo 12.

A retirada do trecho não tem, contudo, o apoio de todos os senadores. Para Sérgio Souza (PMDB-PR), o parágrafo é necessário para garantir a acionistas minoritários que o valor de suas ações não seja derrubado por “negociação às escondidas” dos controladores das empresas.

Favorável ao veto parcial, Eduardo Braga (PMDB-AM) ponderou que “o valor das ações é atingido não porque houve a intervenção, mas pela forma, muitas vezes ruínoza, da gestão”.

Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou a MP 577 por permitir a reestruturação do setor elétrico, dando condições jurídicas para o investimento nas empresas. Ele apoiou também a redução de tarifas prevista na MP 579/12.

Ana Amélia aponta falhas no sistema de energia elétrica do RS

A senadora Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção para os repetidos apagões de energia elétrica ocorridos no Rio Grande do Sul nos últimos dias.

Em pronunciamento, Ana Amélia reforçou a importância de investimentos no setor e da aprovação, pelo Senado, da Medida Provisória 579/12, que reduz a tarifa de energia elétrica.

Segundo ela, a população gaúcha viveu na quarta-feira um dia de indignação contra o sistema de fornecimento de energia elétrica do estado, com protestos, ruas interrompidas, escolas sem aula e pessoas deixando as próprias casas para hospedar-se em hotéis. Faltaram luz, água, telefone e internet. O maior problema, disse, é que não foi a primeira vez que os serviços foram interrompidos. O cenário, acrescentou, repete-se sempre que chove no estado.

Senado inicia esforço para limpar pauta do Plenário

Os próximos dias serão de esforço concentrado no Senado. A sessão extraordinária de ontem foi a primeira com o objetivo de limpar a pauta.

A sessão ordinária da próxima segunda-feira, que seria reservada a pronunciamentos, também será deliberativa, com o mesmo objetivo.

A pauta de votações inclui a MP 578/12, que cria mecanismos de estímulo à economia, e a MP 584/12, que prevê isenções tributárias para a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil.

Deve entrar na pauta ainda a MP 579/12, que reduz as tarifas de energia.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) pediu a convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para a quarta-feira.

Recuperação pode durar até três anos

As normas estabelecidas pela MP 577/12 fixam prazo de intervenção nas empresas de até um ano, prorrogável uma única vez por até dois anos. Durante a intervenção, os acionistas da empresa terão 60 dias para apresentar um plano de recuperação e de correção de falhas.

Se o plano for aprovado, a concessionária deverá comprovar regularidade fiscal em 180 dias e enviar relatório trimestral à agência, sob pena de perda da concessão. Caso seja rejeitado, o Ministério de Minas e Energia, concedente do serviço, poderá tomar uma série de medidas regularizadoras.

A MP também determina que os administradores da concessionária sob intervenção façam um levantamento dos bens que não estejam na sede da empresa, indiquem as participações que cada um tenha em outras sociedades e listem os nomes de todos os administradores e conselheiros fiscais dos 12 meses anteriores. Esses administradores responderão solidariamente pelas obrigações assumidas pela concessionária durante a gestão.

A primeira intervenção com base na MP ocorreu em 31 de agosto, dia seguinte à sua publicação, em oito empresas do grupo Rede

Energia, com operações em 6 estados e 578 municípios.

O texto original da medida recebeu várias emendas na comissão mista do Congresso que a analisou. O relator, Romero Jucá, acrescentou, por exemplo, artigos que aumentam de R\$ 85 mil para R\$ 100 mil o valor máximo de imóveis que poderão se beneficiar do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Foi incluída também prorrogação, de dezembro de 2014 para dezembro de 2015, do prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em veículos novos para pessoas com deficiência e taxistas.

Votação da MP da desoneração salarial é adiada após emendas

Emendas à Medida Provisória 582/12 ampliaram o número de setores beneficiados com o direcionamento da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários para o faturamento (receita bruta). Das 155 emendas apresentadas, o relator, deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), aproveitou 30 de forma integral ou parcial. Pedido de vista coletiva foi apresentado depois da leitura do parecer, ontem, e a votação foi transferida para terça-feira.

Relator-revisor, Francisco

Dornelles (PP-RJ) é autor de uma das emendas — para incluir empresas jornalísticas e emissoras de rádio e TV entre

as que passariam a contribuir para a Previdência Social com 1% sobre a receita bruta.

Emenda de Inácio Arruda

(PCdoB-CE) inclui o setor da castanha-de-caju; de Clésio Andrade (PMDB-MG) contempla o transporte rodoviário

de cargas; e de Lobão Filho (PMDB-MA) acrescenta o transporte aéreo de carga não regular e de serviços auxiliares ao transporte aéreo.

Aves e suínos; pescados; equipamentos médicos e odontológicos; bicicletas; fogões e refrigeradores são alguns dos 15 setores produtivos inicialmente contemplados. A MP tem ainda outras medidas de incentivo que, pela estimativa inicial do governo, geram uma renúncia fiscal que deve chegar a R\$ 1,7 bilhão em 2013 e a R\$ 1,9 bilhão em 2014.



Deputado Marcelo Castro lê relatório ao lado de Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro e Vanderlei Siraque: 30 emendas acatadas



A embaixadora Marcela Maria fala na comissão presidida por Collor (3º à esq.), entre os outros dois indicados: Santiago Mourão e Antonio Luis Salgado

Diplomatas querem entendimento sobre o programa nuclear do Irã

Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem indicação do governo para embaixadores em três países: Irã, Turquia e Quênia

OS EMBAIXADORES DESIGNADOS pelo governo para representar o Brasil no Irã e na Turquia, Santiago Irazabal Mourão e Antonio Luis Espinola Salgado, defenderam a busca de entendimento internacional sobre o programa nuclear iraniano. Os dois foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), assim como Marcela Maria Nicodemos, designada para o cargo de embaixadora no Quênia.

Há mais de dois anos, Brasil e Turquia promoveram intensas negociações com o Irã a respeito do programa nuclear. O resultado foi a Declaração de Teerã, que estabelecia envio ao exterior, para enriquecimento, de urânio levemente enriquecido. Mas o acordo não foi aceito pelos Estados Unidos, que articularam novas sanções da Organização das Nações Unidas (ONU).

— A declaração tem sido avaliada como uma grande oportunidade perdida — disse Salgado, que ainda exerce o cargo de embaixador em Teerã.

Mourão, por sua vez, considerou o acordo de Teerã uma possibilidade de “trazer à mesa de negociações” o Irã e os países do Conselho de Segurança da ONU. Ele disse que o Irã é um dos mais complexos desafios geopolíticos entre Europa, Ásia Central e Oriente Médio. Para o Brasil, observou, esse é um momento de reflexão. O embaixador

considerou necessário incentivar o intercâmbio comercial para que o Irã volte a ser o maior parceiro comercial na região. E disse que existe espaço para ampliar a cooperação técnica.

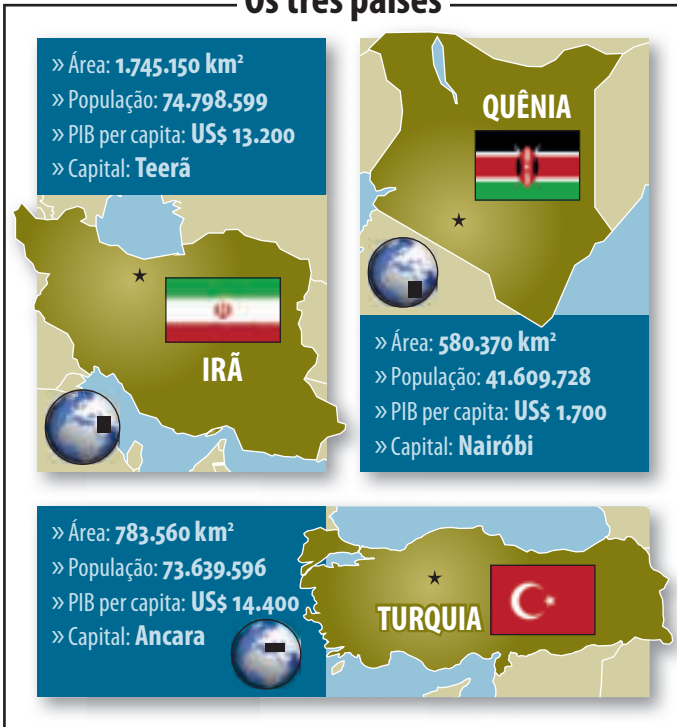
Sobre afinidades entre Brasil e Turquia, Salgado apontou valores como democracia, direitos humanos e defesa do multilateralismo. Embora as relações bilaterais existam desde 1858, recordou, elas começaram a se intensificar em 2004. Desde então, informou, as relações têm crescido também por interesse do setor privado.

Marcela Nicodemos — que acumulará a embaixada no Quênia com as de Uganda, Ruanda e Burundi — observou que os quatro países têm elevado nível de pobreza e conflitos étnicos. Ela disse que, em 2013, o Quênia completará 50 anos como país independente e terá eleições gerais, inclusive para presidente.

— Abre-se aí uma oportunidade para o Brasil, cujo comércio com o Quênia aumentou 325% nos últimos cinco anos — afirmou a embaixadora.

Cristovam Buarque (PDT-DF) previu que a Turquia será um dos grandes parceiros do Brasil e considerou o Irã um “lugar fundamental nas relações internacionais”. Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu mais cooperação com o Quênia em programas sociais.

Os três países



Comissão aprova acordo para pesquisa atômica

A Comissão de Relações Exteriores aprovou seis projetos que ratificam acordos internacionais, que agora serão submetidos ao Plenário. Segundo o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), a comissão votou este ano todos os projetos à espera de deliberação. As propostas aprovadas ontem foram

o PDS 541/12 (acordo firmado com a Bósnia-Herzegovina para isenção parcial de vistos), o PDS 549/12 (Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre o Brasil e a Alemanha), o PDS 550/12 (Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização

Internacional), o PDS 546/12 (Acordo de Cooperação Técnica com a Organização para a Libertação da Palestina), o PDS 547/12 (Acordo com a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão) e o PDS 548/12 (cooperação cultural com a Argélia).

Sérgio Souza comemora prorrogação do Protocolo de Kyoto por oito anos

Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou ontem a prorrogação do Protocolo de Kyoto até 2020, aprovada na 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-18), em Doha, no Catar. O tratado, que prevê o compromisso com a redução das emissões de gases de efeito estufa, expiraria este mês. O senador disse que países em desenvolvimento têm feito mais nessa área que os desenvolvidos.



Waldemir Bureto/Agência Senado

Randolfe Rodrigues denuncia “descalabro no setor aéreo” do país

O crescimento do tráfego aéreo e do número de passageiros não foi acompanhado pela melhoria da regulação nem da qualidade dos serviços. A avaliação foi feita ontem, em Plenário, por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador afirmou que a ausência de regulação do setor aéreo nacional “chegou ao total descabro”.



Gerardo Magela/Agência Senado

— A Anac se tornou mera peça decorativa. Só temos notícias suas quando algum de seus diretores é pego em maracutaia — disse.

Paim diz que demissões do Santander em final de ano são insensíveis

Paulo Paim (PT-RS) classificou como “injustificadas e insensíveis” as dispensas de funcionários do banco Santander. Ele citou informações da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro para ressaltar que as dispensas têm atingido principalmente funcionários com mais de 10 anos na instituição.

— As demissões podem chegar a 5 mil funcionários no país, em pleno final de ano — disse na quarta-feira.

O senador lembrou que o lucro de R\$ 5,6 bilhões da instituição até setembro de 2012 corresponde a 26% do lucro mundial. Segundo ele, o banco não dispensou trabalhadores na Espanha ou na América Latina.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Governo admite flexibilizar restrição a uso de agrotóxico

Ante indícios de que pulverização feita por avião pode prejudicar abelhas, autoridades agrícolas impuseram restrições a esse tipo de ação; produtores se queixam de que terão prejuízos financeiros

A PULVERIZAÇÃO DE agrotóxicos feita por aviões sofrerá restrições do governo quando for usado um grupo de inseticidas empregados em plantações de soja, algodão, cana, trigo, arroz e citros, mas há possibilidade de flexibilizar a norma. Essa foi a informação dada aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) pelo Ibama e pelo Ministério da Agricultura durante audiência pública realizada ontem.

Em julho, o Ibama proibiu a aplicação aérea de inseticidas que contêm imidacloprido, tiametoxam e clotianidina. A decisão foi motivada por registros de redução do número de abelhas.

Frente a previsões de prejuízos financeiros, feitas pelo setor produtivo, e com base em argumentos técnicos, o

Ibama liberou a aplicação em parte das culturas, mas autorizou apenas uma aplicação em todo o ciclo produtivo da soja e manteve a proibição para citros e algodão.

Questionado pelo presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), Luís Eduardo Rangel, do Ministério da Agricultura, afirmou que o governo poderá ampliar a flexibilização, para garantir o cumprimento de contratos de compra e aplicação de agrotóxicos na safra 2012—2013.

Também o representante do Ibama, Márcio Rodrigues de Freitas, mostrou-se aberto a ajustes na norma, mas observou que haverá algum tipo de restrição na aplicação aérea:

— Esses três produtos não serão banidos, mas não continuarão a ser aplicados conforme o padrão definido quando

foram registrados.

A preocupação do Ibama é com a alta toxicidade desses inseticidas sobre as abelhas, responsáveis pela polinização de 73% das espécies agrícolas. Freitas informou que os produtos causam desorientação das abelhas, que não conseguem retornar à colmeia, resultando no fim das colônias.

Em sentido oposto, o professor Paulo Eduardo Degrande, da Universidade Federal da Grande Dourados, disse não haver evidências do impacto dos inseticidas sobre as abelhas do Brasil. A opinião foi compartilhada por Alexandre José Cattelan, chefe da Embrapa Soja. Conforme informou, a maioria dos estudos foi feita com abelhas europeias, não havendo ainda evidências quanto a abelhas africanizadas, predominantes no Brasil.



Américo Pessanha, Ricardo Ponzi, Paim, Godolphim, Luciano Judice e Luiz Netto (D)

Grupo de trabalho vai sistematizar dados sobre cruzeiros marítimos e propor lei

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA) vai criar um grupo de trabalho para sistematizar dados relativos à atuação de empresas de cruzeiros marítimos, especialmente no que diz respeito à proteção de trabalhadores brasileiros e à segurança de passageiros embarcados. Como resultado, o grupo poderá apresentar sugestão que, se aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), tramitará como projeto de lei.

As condições de trabalho e de instalações em navios de cruzeiro marítimo foram discutidas, ontem, na CDH. A iniciativa do debate partiu do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), depois de denúncias da Organização de Vítimas de Cruzeiros sobre o descaso com que empresários do setor tratam trabalhadores e passageiros e a forma como os navios funcionam como “terra sem lei”.

José Godolphim Bandeira, irmão de Camilla Peixoto Bandeira, assassinada durante um cruzeiro, informou que, nos últimos dez anos, 196 pessoas morreram a bordo de navios no mundo e quase 50 mil foram contaminadas com doenças. Desde 1998, acrescentou, 127 mil pessoas sofreram violência sexual em navios de cruzeiro.

Segundo o representante da Procuradoria-Geral do Trabalho, Eduardo Parmeggiani, a fiscalização do Ministério do Trabalho constatou que

os funcionários brasileiros dos navios são humilhados, trabalham até 15 horas por dia, mesmo doentes, e as empresas violam os direitos humanos. Paim sugeriu que se proponha um instrumento legal para confisco do navio em que sejam comprovadas tais práticas — como a PEC 57/99, que visa expropriar terras onde há trabalho similar ao de escravo.

Na avaliação de Parmeggiani, “é enganoso” o país achar que lucra com cruzeiros, pois os turistas estrangeiros não gastam com hotéis nem no comércio do Brasil, já que consomem produtos do próprio navio.

Como os navios, em sua maioria, são estrangeiros, há limitações legais para regular cruzeiros na costa do país e para proteger os trabalhadores brasileiros, explicou Rinaldo

de Almeida, do Ministério do Trabalho e Emprego. A legislação adotada é a do país no qual o navio é registrado, que nem sempre coincide com a nacionalidade do proprietário. Para tentar sanar as irregularidades, informou, o Brasil recorre às convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Resolução 71/06 do Conselho Nacional de Imigração.

O presidente da FNTTAA, Ricardo Ponzi, apelou ao Congresso pela ratificação da Convenção da OIT sobre Trabalho Marítimo, de 2006, que traz medidas para garantir segurança, condições de trabalho e de alojamento em embarcações.

Denúncias de graves violações dos direitos humanos em navios marcam audiência



Na audiência, Alexandre José Cattelan, Acir Gurgacz, Márcio Rosa Rodrigues de Freitas e Carlos Henrique Fávoro

Gurgacz pede liberação de defensivo agrícola

O senador Acir Gurgacz criticou a portaria do Ministério da Agricultura que restringe a pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras de algodão, sob o argumento de que a prática representa um perigo iminente para a sobrevivência da população de abelhas.

A medida, adotada com o aval do Ibama, foi debatida ontem em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária —

presidida por Gurgacz — com autoridades do ministério e representantes dos agricultores, que pediram a suspensão da portaria até a conclusão de estudos definitivos sobre o tema.

Em seu pronunciamento, Acir Gurgacz defendeu a produção de alimentos saudáveis, mas ressaltou que medidas como essa precisam ser discutidas com base em dados técnicos, como forma de evitar prejuízos para a sociedade

e para o agronegócio.

Acompanhado de parlamentares, técnicos do governo e representantes dos agricultores, Gurgacz esteve na Casa Civil da Presidência da República para tratar do assunto.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, informou que o governo está buscando uma solução que contemple as safras dos próximos cinco anos, disse o senador.

Casildo quer que seguradoras deem 1% para Sistema de Defesa Civil

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou um novo marco legal para a defesa civil. Ele considera necessário reformular o Fundo Especial para Calamidades Públicas e sugeriu que as seguradoras de todo o país contribuam com 1% de cada seguro comercializado.

Transformada em projeto de lei (PLS 388/08), a ideia é usar os recursos para estruturar o Sistema Nacional de Defesa Civil. O senador avalia que o encargo de 1% sobre os seguros comercializados é justo e razoável.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Cassol comemora aprovação de regras para profissão de taxista

Ivo Cassol (PP-RO) comemorou ontem a aprovação, pelo Plenário, da regulamentação da profissão de taxista. O projeto estabelece que os auxiliares de taxistas terão direito à contribuição para a Previdência Social, mas sem vínculo empregatício, e que a autorização poderá ser passada de pai para filho.

Cassol criticou a proibição provisória do Ibama e do Ministério da Agricultura de uso de agrotóxicos com o argumento que causam efeitos nocivos às abelhas.



Waldemir Barrero/Agência Senado

Capiberibe defende aproximação do Brasil com países vizinhos ao Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu aproximação maior do Brasil com os países próximos ao Amapá, como Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Ele pediu obras de infraestrutura que facilitem a integração e citou como obras necessárias a conclusão da BR-156, de Macapá a Oiapoque; uma pequena central hidrelétrica no Rio Oiapoque; e um porto na cidade de Santana, entre outras. Casildo acredita que a integração vai dinamizar a economia da região.



Waldemir Barrero/Agência Senado

Ataques pessoais a Lula tentam manchar história do PT, diz Pinheiro

Líder do partido e outros quatro senadores saem em defesa do ex-presidente, alvo de denúncias do empresário mineiro Marcos Valério

O LÍDER DO PT, senador Walter Pinheiro (PT-BA), saiu em defesa ontem em Plenário da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003—2010) e foi acompanhado de outros quatro colegas (veja abaixo). Para ele, os “ataques constantes a Lula são levianos”.

— Os ataques, hoje pessoais, têm um interesse muito claro: tentar manchar a história de um partido [o PT].

Pinheiro afirmou que foi durante o governo petista que houve consolidação de políticas públicas com a distribuição das riquezas, a inclusão

de cidadãos e promoção do crescimento.

— É exatamente nesse novo quadrante da história que a gente viu a população se movimentar. Quando na história do Brasil a gente tinha visto essa estrutura da pirâmide sofrer alguma modificação? — indagou, referindo-se à redução da pobreza.

Segundo ele, foi Lula quem ampliou as políticas sociais no campo, com o aumento dos recursos para a agricultura, e foi Lula quem aprofundou a política de capilarização da pesquisa e do ensino, por meio da instalação e expansão

de escolas técnicas, universidades e centros de pesquisa.

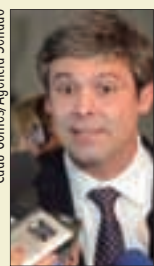
— O Brasil deixou de ser um “celeiro de desovas”. Éramos acostumados a receber

só a borra, o que sobrava do padrão tecnológico, aplicado aqui depois que lá fora todas as coisas novas eram saboreadas. Mudamos essa lógica.



Pinheiro defende Lula e afirma que governo petista promoveu inclusão social

Lindbergh qualifica acusações como fruto de ódio e ressentimento



Cadu Gomes/Agência Senado

“Forças políticas movidas por ressentimento estão envolvidas numa verdadeira guerra de extermínio contra o PT e o seu governo”, disse Lindbergh Farias (PT-RJ).

— Lula é o alvo preferencial porque representa tudo o que essas forças políticas que perderam o poder mais odeiam, por seu passado de criança pobre, retirante nordestino e líder sindical — afirmou.

O senador disse que Lula é vítima de calúnias de “suspeitíssimos acusados e condenados”, que praticam a intolerância democrática.

Paulo Paim (PT-RS) apoiou o pronunciamento.

Segundo Ana Rita, projeto político que vive o país incomoda muitas pessoas



Márcia Kolumbe/Agência Senado

Para Ana Rita (PT-ES), as críticas a Lula são destinadas também a um projeto político desenvolvido no país “que está dando certo e incomodando muitas pessoas”. A senadora manifestou solidariedade ao ex-presidente.

Ana Rita também disse que a sessão do Congresso que aprovou o requerimento de urgência para a análise do veto sobre os royalties do petróleo foi “mal conduzida, extremamente tumultuada” e feriu os regimentos das Casas do Congresso. A senadora ainda lamentou as ameaças de morte recebidas por dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia (MT).

Wellington Dias destaca que história de vida de Lula comprova sua honestidade



Gerardo Migeola/Agência Senado

Wellington Dias (PT-PI) defendeu o ex-presidente afirmando que a honestidade de Lula pode ser comprovada por sua trajetória política.

— Sua própria história de vida é a maior defesa — disse. Wellington também destacou os avanços sociais e econômicos promovidos. — Hoje temos a maior rede de proteção social do mundo. Em apertes, Lindbergh, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Humberto Costa (PT-PE) também se solidarizaram com Lula. Humberto avalia que as supostas denúncias são uma tentativa de influenciar as próximas eleições presidenciais.

Para Viana, depoimento de Valério contra ex-presidente é irresponsável



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana (PT-AC) classificou de “irresponsáveis” as acusações contra Lula feitas pelo publicitário Marcos Valério à Procuradoria Geral da República. O senador afirmou que o ex-presidente fez um excelente governo, atuou no combate à corrupção e “não merece agora ter sua biografia manchada com acusações infundadas”.

Ele salientou que Marcos Valério foi condenado pela Justiça por estar envolvido em “malfeitos”. — Pessoas ligadas ao próprio Judiciário dizem que [as acusações] não têm nenhum fundamento.

Taques pede investigação: “Lula não está acima da lei”

As acusações contra o ex-presidente Lula devem ser investigadas, pediu Pedro Taques (PDT-MT). O senador disse que o depoimento de Marcos Valério deve ser tratado “com a cautela devida”, mas sublinhou que “as realizações do governo

Lula, como a elevação do nível social de milhões de brasileiros, não o tornam cidadão acima de qualquer suspeita”.

— Todos somos iguais pela Constituição: um senador, um presidente ou ex-presidente da República. Na pátria

brasileira, não existem soberanos, existem cidadãos, e todos devem ser tratados com o mesmo respeito e dignidade — afirmou.

Taques ainda pediu uma solução para evitar novo conflito na desocupação de terras indígenas na gleba Suiá-Missú (MT).

“Não importa de quem parte a denúncia”, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) reforçou ontem a posição do seu partido ao afirmar que o pedido de impeachment de Lula, apresentado em agosto de 2005, foi baseado em “indícios suficientes”.

O senador disse que agora, novamente, o PSDB toma a atitude correta ao protocolar requerimento à Procuradoria-Geral da República pedindo a abertura de investigação diante das acusações feitas pelo publicitário Marcos Valério.

— Se provas existem, não importa de quem parte a denúncia — afirmou.

Alvaro também elogiou o Ministério Público por ajuizar ação contra o BNDES por falta de transparência.

Aloysio critica convite para que FHC explique Lista de Furnas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a aprovação de um convite para que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso venha ao Congresso dar explicações sobre um suposto esquema de corrupção conhecido como Lista de Furnas. A decisão foi da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). Ele disse tratar-se de um “acinte” promovido pelo líder do PT na Câmara, Jilmar Tatto (SP).

— Essa Lista de Furnas é um documento produzido em oficinas criminosas que operam sob o comando do PT com o objetivo de atacar a reputação dos adversários, com nomes de políticos que teriam recebido contribuição ilegal da estatal. A perícia já constatou ser fraude.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Gerardo Migeola/Agência Senado

Paim quer pressa de municípios para a Lei de Resíduos Sólidos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aterros sanitários têm até agosto de 2014 para deixarem de receber resíduos passíveis de reciclagem, segundo a Lei de Resíduos Sólidos (12.305/10). Preocupado, Paulo Paim (PT-RS) pediu agilidade dos municípios. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, 75 mil toneladas de lixo ainda não têm destinação correta e são encaminhadas para lixões e aterros controlados.

Eunício Oliveira registra encontro de mulheres do PMDB



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eunício Oliveira (PMDB-CE) falou ontem sobre o 2º Encontro Nacional do PMDB Mulher, que nesta semana reuniu mais de 1.200 peemedebistas em Brasília, incluindo prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras, lideranças e presidentes estaduais e municipais. O objetivo do encontro foi apresentar às participantes os principais problemas que as mulheres deverão enfrentar, na visão do partido, explicou o senador.

João Costa defende reforma política e partidos fortes



Waldemir Barreto/Agência Senado

João Costa (PPL-TO) afirmou, na quarta-feira, que a consolidação da democracia no Brasil passa necessariamente pelo fortalecimento dos partidos, pela reforma política e pela retomada da confiança popular nos políticos. Em pronunciamento no Plenário, o senador lembrou que, hoje, o país tem 30 partidos registrados e lamentou que muitos eleitores logo se esqueçam dos nomes em que votaram.